Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

A acumulação primitiva do capital e os conteúdos centrais do ensino de Geografia

Marcos Antônio Campos Couto

Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ)
São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.
professormarcoscouto@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A acumulação primitiva do capital e os conteúdos centrais do ensino de Geografia

Resumo

A hegemonia das pedagogias das competências e do "aprender a aprender" nas políticas educacionais, para as quais os conteúdos do ensino são secundarizados, contamina as pesquisas sobre a Geografia que se ensina, que não têm se preocupado com o que é indispensável ensinar. O objetivo do artigo é debater os conteúdos centrais do ensino de Geografia na educação básica, aqueles que permitam entender a sociedade burguesa a partir da compreensão de seus arranjos espaciais. Para o materialismo histórico e dialético o objeto central de investigação é a gênese, o desenvolvimento, as condições de crise e de superação da sociedade burguesa. São as características estruturais da geografia do modo de produção capitalista mundializado e sua singularidade na formação social brasileira que determinam o que é necessário ensinar hoje. Que características são essas? Para responder, a metodologia pôs o foco nas características gerais e universais do modo de produção capitalista do espaço, tomando como referência os processos da chamada acumulação primitiva do capital de Marx, comentados por Massimo Quaini, David Harvey e Ruy Moreira. Derivados dos processos da acumulação primitiva do capital, os conteúdos do ensino de Geografia são: a transição das "sociedades naturais" à "sociedade histórica" e da ruralização das cidades da Antiguidade à urbanização do campo e da sociedade da Modernidade, a mundialização do capital e do espaço, o uso intensivo e diversificado da diversidade natural do planeta, a perturbação da troca orgânica entre homem e terra provocada pela revolução da indústria da cidade sobre o campo e os problemas ecológico-territoriais urbanos e rurais.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Pedagogia histórico-crítica; Acumulação primitiva do capital; conteúdos do ensino.

The primitive accumulation of capital and the central contents of Geography teaching

Abstract

The hegemony of competency-based pedagogies and "learning to learn" in educational policies, which relegate teaching content to a secondary position, contaminates research on the geography that is taught, which has not been concerned with what is essential to teach. The aim of this article is to discuss the core content of Geography teaching in basic education, specifically the elements that allow for an understanding of bourgeois society through an understanding of its spatial arrangements. For historical and dialectical materialism, the central object of investigation is the genesis, development, conditions of crisis, and overcoming of bourgeois society. It is the structural characteristics of the geography of the globalized capitalist mode of production and its uniqueness in the Brazilian social formation that determine what needs to be taught today. What are these characteristics? To answer this, the methodology focused on the general and universal characteristics of the capitalist mode of production of space, taking as a reference the processes of Marx's so-called primitive accumulation of capital, as discussed by Massimo Quaini, David Harvey, and Ruy Moreira. Derived from the processes of primitive capital accumulation, the contents of Geography education are: the transition from "natural societies" to "historical society" and from the ruralization of cities in Antiquity to the urbanization of the countryside and society in Modernity, the globalization of capital and space, the intensive and diversified use of the planet's natural diversity, the disruption of the organic exchange between man and land caused by the industrial revolution in the city over the countryside, and urban and rural ecological-territorial problems.

Keywords: Geography teaching; Historical-critical pedagogy; Primitive accumulation of capital; Teaching content.

Introdução

O objetivo do trabalho é debater os conteúdos centrais do ensino de Geografia na educação básica e, assim, atualizar a resposta à questão permanente da prática docente: o que é necessário ensinar hoje para que estudantes entendam e se posicionem na sociedade burguesa em que vivem, a partir da compreensão de seus arranjos espaciais?

A resposta à pergunta 'O que é necessário ensinar hoje...' está diretamente relacionada às características centrais e contemporâneas da geografia da sociedade burguesa mundializada. Que características são essas? Quais são os traços mais universais da geografia histórica do capitalismo - como diria David Harvey (2005) - ou do modo de produção capitalista? Como essas características universais se manifestam na formação social/espacial brasileira? E, ao contrário, como as singularidades da formação sócio-espacial brasileira exercem influência sobre a dinâmica global do imperialismo contemporâneo?

As respostas ao conjunto de perguntas aproximam da definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia, mas também das suas finalidades políticas - seus objetivos gerais - e da própria relação 'conteúdo e método'.

Para o materialismo histórico e dialético o objeto de investigação é a produção material dos indivíduos socialmente determinada na sociedade burguesa, em determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais (Marx, 2011). É este objeto que dá o sentido de totalidade da investigação, mas também do ensino. Contudo, sociedade burguesa e modo de produção capitalista não são a mesma coisa. A moderna sociedade burguesa é onde domina o modo de produção capitalista – cujas características serão apresentadas adiante - , mas em "convívio" com outros modos de produção hegemonizados. Ou seja, como enfatizou Rosa Luxemburgo (1985), a acumulação de capital pressupõe relações entre o capitalismo (o modo de produção capitalista) e modos de produção não capitalistas. Esta "combinação" de modos de produção sob domínio do modo de produção capitalista está na origem de outro conceito de totalidade: o de formação social, a forma histórica concreta em que a sociedade burguesa se realizada em cada parte do mundo ou em cada estado-nação.

Toda produção ou modo de produção é a transformação da natureza pelo processo do trabalho mediada por determinada forma de sociedade ou formação social. Esta forja suas

próprias relações jurídicas, ideológico-culturais, forma de governo etc., incluindo, na particularidade da sociedade burguesa, a criação da instituição escolar e da escolarização obrigatória.

Partindo destas categorias da totalidade entende-se que o objeto de investigação da Geografia é, por um lado, o modo capitalista de produção do espaço da sociedade burguesa enquanto totalidade sociedade-natureza, e, por outro, o estudo da formação espacial, expressão da singularidade geográfica da formação social de cada estado-nação[1]. Pelo primeiro aspecto do objeto toma-se como referência as características gerais e universais da geografia do modo de produção capitalista, já, pelo segundo, a forma singular de reprodução destas características gerais em cada formação social.

Neste trabalho o foco está nas características gerais e universais do modo de produção capitalista do espaço, tomando como referência os processos da chamada acumulação primitiva do capital (Marx, 2013), comentados por Massimo Quaini (1979), David Harvey (2005) e Ruy Moreira (2016).

Entende-se a acumulação primitiva como algo estrutural-estruturante da reprodução das relações sociais de produção do capitalismo (Harvey, 2005; Moreira, 2016), e não apenas como pertencente ao período de transição da sociedade feudal à sociedade burguesa na Europa ocidental. Ao substituir o termo acumulação primitiva ou original por acumulação via espoliação, e ao considerar que "no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital" (Harvey, 2005, p. 121)**,** constitui um processo em andamento, David Harvey - da mesma forma que Ruy Moreira (2016), atualizam as características dos processos da acumulação primitiva para a fase imperial do capitalismo nos séculos XX e XXI.

O texto parte da expropriação do homem em relação ao território, processo básico da constituição geográfica do capitalismo, exposta no *Grundrisse*, na seção [Formas que precederam a produção capitalista[2]] (Marx, 2011), e, sobretudo, no capítulo A assim chamada

1 Embora a formação social não se confunda, necessariamente, com o estado-nação.

2 Remetemos o leitor para o artigo de Couto (2023) no qual há uma exposição detalhada deste texto de Marx. Por isso, aqui, foi privilegiado o conteúdo do capítulo 24 d'O Capital.

acumulação primitiva d'O Capital (Marx, 2013). A transição das sociedades naturais à sociedade histórica e os processos da acumulação primitiva e da urbanização do campo da modernidade, conduzem, na segunda parte, às tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa a partir das análises de Quaini (1979), David Harvey (2005) e Ruy Moreira (2016). No final, estas tendências e características centrais desdobram-se em diretrizes para a organização curricular da Geografia nos diferentes níveis da educação básica.

A expropriação do homem em relação ao território

Das sociedades que precederam a produção capitalista, Marx (2011, p. 388-423) descreve no Grundrisse três formas de propriedade nas quais se configuram certas relações entre comportamento humano, terra e território: 1) A forma oriental, em que a terra (o campo) é a base da comunidade e não a cidade; 2) A forma antiga ou greco-romana que presume a cidade como sede das pessoas do campo ou do campo como território da cidade; e 3) A forma germânica que não se concentra na cidade, contudo esta existe como centro da vida rural, como domicílio dos rurais, desenvolvendo-se, então, como oposição campo-cidade. Para Marx (2011, p. 395), a comunidade germânica está a meio termo entre a ruralização das cidades da Antiguidade e a urbanização do campo da Modernidade.

Assim, de acordo com Marx (2011), nestas formas de propriedade, o "trabalhador se relaciona às condições objetivas de seu trabalho como sua propriedade" (p. 388), estando em unidade natural com suas condições subjetivas. A finalidade da produção é a manutenção da comunidade e não a criação de valores para a troca. A propriedade e a apropriação da terra - pressuposto natural do trabalho - é mediada pela existência da comunidade.

O fim destas formas de propriedade implica na dissolução da relação terra-território como pertencentes ao trabalhador, da unidade do trabalho agrícola com o trabalho artesanal, e da propriedade dos instrumentos de trabalho artesanal doméstico e da manufatura. Divorciado das suas condições objetivas (território, matéria-prima, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro), ao trabalhador resta apenas a sua capacidade de trabalho como a sua única propriedade, que precisará trocá-la (valor de troca) para ter acesso aos meios de subsistência (valores de uso).

Essa dissolução significa a emergência da propriedade privada moderna do dinheiro, da terra, dos meios de produção e instrumentos de trabalho, das condições de subsistência, da riqueza na forma de capital e alheia ao trabalhador; mas também da objetivação universal do estranhamento humano, o estranhamento do trabalhador com o seu mundo, com a realidade por ele criada mas que não o pertence.

A acumulação primitiva descreve esta dissolução de formas precedentes de propriedade, a emergência da propriedade privada moderna e a constituição das relações sociais de produção da nova sociedade burguesa. Para que o capital disponha de todas as condições que permitam por o trabalhador livre ao seu serviço, é preciso que tenha havido a acumulação primitiva, segundo Marx, precedente à acumulação capitalista.

Marx (2013, p. 785), n'O Capital, faz a seguinte indagação:

> Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação "primitiva" ("previous accumulation", em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. (Marx, 2013, p. 785)

Embora a acumulação primitiva não seja uma acumulação capitalista propriamente dita – como será caracterizada adiante -, esta pressupõe aquela. O que Marx (2013) denomina como a Assim chamada acumulação primitiva, discordando desta interpretação, é que ela resultaria de uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, enquanto uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. A origem dos ricos e capitalistas estaria no esforço pessoal, supostamente acessível a todos que fossem esforçados, inteligentes e econômicos. Assim, afirma Marx (2013, p. 785), "os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele". E, na mesma página, conclui que "desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar".

Ao contrário, na história real, a origem da acumulação e, consequentemente, dos ricos e pobres, dos proprietários e privados de propriedade, dos burgueses e proletários, é a

"conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência" (Marx (2013, p. 786) - processos que configuram a acumulação primitiva.

Num primeiro momento, para que dinheiro e mercadoria sejam transformados em capital, é preciso:

> que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. (Marx, 2013, p. 786)

Ou seja, a transformação do produtor em livre proprietário somente de sua força de trabalho, porque "libertado" da propriedade das condições objetivas da realização do trabalho, é condição para o nascimento e reprodução da relação capitalista de produção. Aí, tanto a força de trabalho quanto as condições e meios de trabalho e de subsistência se transformam em mercadoria. Pressupondo a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho, se estabelece uma relação social capitalista de produção - entre proprietários e expropriados -, polarização do mercado em que estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista; que confronta os proprietários privados das terras, indústrias, atividades comerciais e os meios de produção com os completamente privados de propriedade e de meios de subsistência, restando-lhe apenas a sua força de trabalho para vender aos capitalistas.

Neste processo, registre-se, a terra e o território também se tornam mercadorias.

A acumulação primitiva é, portanto, o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção, trabalhador e propriedade das condições de realização de seu trabalho, a dissolução da propriedade fundada no próprio trabalho; convertendo em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Na história da acumulação primitiva, servindo de alavanca à classe capitalista em formação, destacam-se conforme afirma Marx (2013, p. 787) "os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas

no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres", cuja base é a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural.

Ao longo do capítulo 24 d'O Capital, e tomando por base a Inglaterra, Marx descreve e analisa os processos da acumulação e a consequente origem das estruturas da nova sociedade burguesa.

A expropriação violenta do povo do campo de sua base fundiária

Os métodos privados e legalizados pelo parlamento na formação dos cercamentos (inclosures), dão origem à grande propriedade privada moderna, que conquista o campo para agricultura capitalista.

> O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idilícos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (Marx, 2013, p. 804)

Assim, incorpora a base fundiária ao capital e cria para a indústria urbana a oferta de proletariado "livre" como os pássaros.

A legislação sanguinária contra os expropriados

Como nem todos os expulsos podiam ser absorvidos pela manufatura nascente, muitos se converteram em esmoleiros, assaltantes, vagabundos, submetidos à legislação que lhes impunha açoites públicos, a metade da orelha cortada, marcação com ferro no peito, perda de filhos, etc; impõe-se ainda a disciplina que os transforma em trabalhadores assalariados, com leis para o rebaixamento dos salários, sórdida ação do soberano e do Estado, intensa exploração do trabalho para a acumulação do capital.

A gênese dos arrendatários capitalistas

A expropriação do povo do campo e a criação de grandes proprietários fundiários darão origem aos arrendatários capitalistas, servos e pequenos proprietários livres emancipados

em longo processo que dará lugar, segundo Marx (2013, p. 814), "ao arrendatário propriamente dito, que valoriza seu capital próprio por meio do emprego de trabalhadores assalariados e paga ao landlord, como renda da terra, uma parte do mais-produto, em dinheiro ou in natura". Com a revolução agrícola do final do século XV e durante o século XVI, com contratos de quase 100 anos e com aumento dos preços de cereal, lã, carne, sem a correspondente majoração da renda da terra, tornaram-se, já no final do século uma classe de arrendatários de capital, muito ricos.

O mercado interno do capital industrial como resultado da repercussão da revolução agrícola sobre a indústria

De acordo com Marx (2013, p. 818), a "expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno". Com o esvaziamento dos campos, os alimentos produzidos - com o aumento da produção pelas novas relações de propriedade, cooperação, concentração dos meios de produção e por melhores métodos de cultura – se transformaram em elemento material do capital variável; assim, o camponês despojado adquire o valor correspondente aos seus meios de subsistência do capitalista industrial através do salário. Da mesma forma, as matérias-primas agrícolas transformaram-se em capital constante:

> Desse modo, a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita. (Marx, 2013, p. 818)

Há a transição para a manufatura urbana e depois para a grande indústria, que fornece, propriamente, o fundamento da agricultura capitalista, que conquista para o capital industrial todo o mercado interno.

Gênese do capitalista industrial

Ao contrário do gradativo processo de formação do arrendatário capitalista, a gênese do capitalista industrial é proveniente de pequenos mestres corporativos, artesãos independentes e trabalhadores que, de acordo com Marx (2013, p. 820), "transformaram-se em pequenos capitalistas e, por meio da exploração paulatina do trabalho assalariado e da correspondente acumulação, em capitalistas sans phrase [sem floreios]". Impulsionados pelo mercado mundial aberto pela descoberta e conquista colonial do final do século XV, se apoiaram no capital monetário (usurário e comercial) proveniente da Idade Média:

> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (Marx, 2013, p. 821)

Os momentos da acumulação primitiva repartidos, cronologicamente, entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, podem ser resumidos em 4 sistemas: Colonial, da Dívida Pública, Tributário e Protecionista; todos baseados na mais brutal violência através do poder do Estado - a violência concentrada e organizada da sociedade. De acordo com Marx (2013, p. 823), pelo sistema colonial, os "tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital". O sistema da dívida pública dota o dinheiro improdutivo (classe de rentistas, bancocracia) de força criadora e o transforma em capital, sem esforços e riscos da aplicação industrial e usurária. O sistema de dívidas do Estado deu origem ao sistema internacional de crédito que, por sua vez, foi complementado pelo sistema tributário como fonte de expropriação pela super tributação, instituindo o regime fiscal moderno, constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários.

> O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno. A patente desse invento foi ferozmente disputada pelos Estados europeus, que, a serviço dos extratores de mais-valor, perseguiram esse objetivo não só saqueando seu próprio povo, tanto direta, por meio de tarifas protecionistas, quanto indiretamente, por meio de prêmios de exportação etc., mas também extirpando violentamente toda a indústria dos países que lhes eram contíguos e deles dependiam, como ocorreu, por exemplo, com a manufatura irlandesa de lã por obra da Inglaterra. (Marx, 2013, p. 826)

O nascimento da grande indústria, a par e oriundo deste conjunto gigante de sistemas do processo da acumulação, é celebrado, na Inglaterra, pelo rapto de crianças e sua escravização para a transformação da empresa manufatureira em empresa fabril e o estabelecimento da verdadeira relação entre capital e força de trabalho. Por isso que Marx conclui afirmando que "o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés" (2013, p. 830).

A expropriação dos produtores diretos significa a destruição de modos de produção que precederam a produção capitalista; nos quais a finalidade do trabalho era a manutenção da comunidade e de seus indivíduos, e não a criação de valores para a troca. Embora superior ao mundo moderno, no qual "a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção" (Marx, 2011, p. 399), os modos de produção anteriores, que pressupõem o parcelamento do solo e dos meios de produção, também excluem a concentração dos meios de produção e a socialização do trabalho, isto é, a "cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação sociais da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais" (2013, p. 831). Esta socialização do processo do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas entram em contradição com a centralização dos capitais - em que cada capitalista mata muitos outros -, tornando-se incompatíveis com seu invólucro capitalista, no qual o entrave é arrebentado e soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, na qual, conclui Marx (2013, p. 832), os expropriadores deverão ser expropriados. Na acumulação primitiva do capital "tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do Povo" (2013, p. 833).

As tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa

Junto ao processo da acumulação como expropriação do homem em relação à natureza, Marx distingue e acompanha a história da progressiva ampliação do domínio tecnológico e produtivo sobre a natureza. Enquanto nas sociedades que precederam o capitalismo domina a relação com a natureza - pelo domínio da propriedade fundiária -, na sociedade capitalista prevalece o elemento histórico-social produzido através do domínio do

capital. Daí a ideia da transição das sociedades naturais à sociedade histórica, apresentada no Grundrisse (2011), como visto anteriormente.

N'O Capital, ao introduzir, na análise da mercadoria (valor de uso e valor de troca), o conceito de força produtiva do trabalho e da dialética entre forças produtivas e relações de produção, Marx inclui a ideia de que a capacidade produtiva do trabalho depende da destreza do operário, do nível de progresso da ciência, da organização social do processo de produção, do volume e eficácia dos meios de produção, mas também das condições naturais. Por condições naturais, afirma Quaini (1979), Marx inclui a tecnologia, o comportamento ativo da sociedade em relação à natureza; portanto, não apenas o clima e as condições meteorológicas, as condições naturais das minas, do solo, etc.

Na análise da produção da mais-valia, Marx considera que a terra é o original objeto geral do trabalho, objetos de trabalho e meios de subsistência já prontos ou já filtrados por trabalho anterior (matérias-primas). A relação sociedade-natureza, em geral, não ocorre de forma imediata como objeto-trabalho, mas apenas como mediação por meio de trabalho; o trabalhador não se apossa do objeto de trabalho, mas do meio de trabalho.

Ultrapassando o âmbito da acumulação primitiva, Quaini (1979) indica algumas tendências de arrumação das estruturas territoriais e da relação cidade-campo advindas do processo de acumulação de capital e consolidação da sociedade burguesa, bem como as suas implicações ecológico-territoriais.

A mundialização do capital pela conquista de toda a Terra como mercado mundial corresponde ao alargamento do espaço de circulação cada vez mais ampliado pela necessidade de mais trabalho objetivado da criação do mais-valor absoluto. A necessidade do capital da práxis de anulação do espaço por meio do tempo significa esta perspectiva de superação de todo obstáculo espacial à formação do mercado mundial, revolucionando os meios de transporte e de comunicação.

> É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca - de meios de comunicação e transporte - devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente - a anulação do espaço pelo tempo. (Marx, 2011, p. 432)

A tendência de criar o mercado mundial faz parte do próprio conceito do capital. Contudo, afirma o autor:

> A universalidade para o qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo. (Marx, 2011, p. 334)

O uso intensivo e diversificado, pela exploração sistemática da diversidade natural do planeta, da multiplicidade de suas propriedades e matérias-primas e, consequentemente, com a criação de novos valores de uso, resulta do desenvolvimento das forças produtivas sob o impulso da produção do mais-valor relativo. Destinada a "baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo" (Marx, 2013, p. 445), o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria provoca grande impacto sobre a agricultura e a vida camponesa.

Esta industrialização da agricultura desvirtua o vínculo do intercâmbio orgânico sociedade-natureza do processo de trabalho:

> É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consuma a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirológio dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais. A dispersão dos trabalhadores rurais por áreas cada vez maiores alquebra sua capacidade de resistência, tanto quanto a concentração em grandes centros industriais aumenta a dos trabalhadores urbanos. (Marx, 2013, p. 572-573)

É relevante reafirmar a concepção unitária de Geografia, derivada desta concepção de Marx da unidade das contradições da natureza-território (ênfase na Geografia física) com as contradições da sociedade-força de trabalho (ênfase na Geografia humana), na qual o território é força produtiva (recursos) e relações de produção (organização territorial), de tal forma, como afirma Quaini (1979), que o destino do operário industrial e urbano está vinculado com o destino do operário rural e da própria terra (natureza).

As tendências da acumulação via espoliação do imperialismo financeiro-rentista

David Harvey (2005) afirma a persistência das práticas predatórias da acumulação primitiva na dinâmica do capitalismo contemporâneo do novo imperialismo. Tais práticas estão vinculadas ao duplo aspecto da acumulação de capital, assinalado por Rosa Luxemburgo em seu livro A Acumulação do Capital (1985) publicado em 1913. Por um lado, a acumulação resulta das relações entre capitalistas e trabalhadores no processo econômico da produção da mais-valia nas fábricas, minas, fazenda, etc; por outro, nas relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas. Pelo primeiro, a propriedade é apropriação da propriedade alheia, tornando a igualdade da troca mercantil em exploração pelo regime de classe. Pelo segundo, se estabelece a força, a fraude, a opressão, a pilhagem pela política colonial, pelos empréstimos internacionais e pela guerra. Para Luxemburgo, o comércio forçado com as formações sociais ou territórios não capitalistas (ou seja, o imperialismo) é a solução para as crises de crescimento da produção capitalista provocada pelo subconsumo nas áreas centrais do sistema. Para Harvey, sob outro ponto de vista, a relação com os territórios não capitalistas permite que o capital lucre com força de trabalho, matérias-primas e terra baratos, em função da sobreacumulação (e não do subconsumo), excedentes de capital e de trabalho ociosos em busca de lugares lucrativos. De qualquer forma, em ambas as teses, o capitalismo precisa dispor de algo "fora de si" para responder às suas crises de reprodução. Isso é o que Harvey (2006) denomina de ajuste espacial, isto é, as soluções externas necessárias às contradições internas do processo de acumulação implicando na expansão geográfica e na dominação territorial na estabilização do capitalismo. Assim, Harvey (2005) busca entender a forma capitalista de imperialismo como a relação orgânica "entre reprodução expandida, de um lado, e os processos

muitas vezes violentos de espoliação, do outro" (p. 118), moldando a geografia histórica do capitalismo.

Contudo, de acordo com Harvey (2005), Hanna Arendt (1951) também considera que os processos da acumulação primitiva são contínuos na acumulação do capital por meio do imperialismo, e não apenas são os pressupostos prévios ou exteriores ao modo de produção capitalista, como sugeriu Marx. Acatando essa sugestão e para não denominar de "primitiva" algo que ainda está em andamento, assim, Harvey (2005) substitui o conceito de acumulação primitiva por acumulação via espoliação.

Harvey (2005) descreve processos da acumulação primitiva que, fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo, permanecem até os dias atuais: a expulsão de populações camponesas e a formação de grupos de trabalhadores rurais sem terra; a privatização e inserção na lógica capitalista da acumulação de recursos como a água, anteriormente partilhados; a supressão de formas alternativas de produção e consumo; a privatização de indústrias nacionalizadas; a substituição da agropecuária familiar pelo agronegócio; a escravidão, sobretudo no comércio sexual.

Desse modo, Harvey sugere uma reticência e um mecanismo aprimorado dos processos da acumulação primitiva indicados por Marx. Embora universal, a proletarização não resulta em uma homogeneização da classe trabalhadora - um proletariado homogêneo -, pois culturalmente envolve as crenças, estruturas de parentesco e familiares, religiões e formas de pensamento pré-capitalista. A novidade é que o crédito e o capital financeiro se tornaram agentes proeminentes dos processos violentos da acumulação, envolvendo a valorização fraudulenta de ações e o roubo ou desvio de fundos de pensão, o enriquecimento ilícito e imediato, etc., enfim, a predação generalizada, tornando a especulação financeira e rentista a vanguarda da acumulação; fundamentalmente responsáveis por mecanismos novos de espoliação: o patenteamento de produtos contra populações responsáveis pelo seu desenvolvimento (sementes, material genético, etc) combinado com a biopirataria em benefício das poucas grandes empresas farmacêuticas; destruição ampliada e modificação em todas as formas dos recursos ambientais (terra, ar, água) e a consequente degradação de diferentes habitats; a transformação da cultura em mercadoria (indústria musical); a

privatização de bens públicos (universidades, água, utilidades públicas de todo gênero); a imposição pelo poder do Estado de retrocessos na regulação de proteção ao trabalho, ao ambiente e aos direitos da população, ao direito a aposentadoria, ao bem-estar social e aos sistemas nacionais de saúde, contrariando a vontade popular.

Para Harvey (2005), a acumulação via espoliação, respondendo ao problema da sobreacumulação, pode liberar conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo e/ou provocar a desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Por e para isso, a privatização é o "braço armado" da acumulação via espoliação, cujo resultado é perda da habitação, mudança para periferias mais distantes, cidadãos sem teto, populações de baixa renda sem acesso à água recorrendo a fontes não adequadas e consequente epidemia de cólera, empobrecimento de grande massa da população, perda de terras e aumento de desempregados nas cidades hiperpopulosas, devastação da vida rural e grande migração de pessoas saindo do campo em direção às cidades.

Das regiões homogêneas e polarizadas ao arranjo espacial da sociedade em redes

Ruy Moreira (2016) afirma que é um equívoco conceitual confundir a acumulação primitiva com a transição do feudalismo para o capitalismo; erro identificado apenas com o fim da experiência e dos problemas de construção do socialismo e consequências da acumulação primitiva socialista da URSS. A superação deste equívoco e a reafirmação da atualidade do conceito de acumulação primitiva, exigem considerá-la como algo permanente da/na reprodução das relações de produção do capitalismo. Isto porque a acumulação do dinheiro nas mãos de poucos, em consequência da expropriação da terra e do território e da criação do mercado de terras, mão-de-obra e dinheiro, é condição estrutural da reprodução capitalista.

Segundo Moreira (2016), é preciso, por um lado, atualizar o conceito de acumulação primitiva e, por outro, vê-la nas suas diferentes formas históricas. Formulado no contexto do capitalismo concorrencial do século XIX, foi preciso atualizá-lo para o capitalismo monopolista, financeiro e mundializado, isto é, para o contexto do imperialismo dos séculos XX e XXI. De acordo com o autor, esta tarefa foi realizada no início do século XX por Rosa

Luxemburgo (através do conceito de reprodução), Rudolf Hilferding (pelo monopolismo bancário), mas também por Trotsky (pela combinação desigual) e por Lenin (pela formação social). O conceito de formação social, distinto do conceito de modo de produção, permitiu a Lenin compreender a forma nacional específica da acumulação primitiva na Rússia, evitando, por conseguinte, que se projete nas diferentes formações sociais do mundo a experiência inglesa da expropriação-proletarização generalizada dos camponeses.

Harvey (2005) atualiza o conceito de acumulação primitiva do novo imperialismo do final do século XX e início do século XXI, no qual o capital financeiro-especulativo e rentista torna-se a vanguarda da acumulação por espoliação e dos novos processos violentos da expropriação.

O contexto agora é o de mudança da reestruturação produtiva do fordismo para o toyotismo, do estado do bem-estar social para o neoliberalismo e dos discursos de totalidade das meta-narrativas para o clima cultural fragmentário da pós-modernidade. Novo período de mudanças globais, corresponde aos ordenamentos do espaço capitalista da terceira revolução industrial, cujas características também servem à definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia.

De acordo com Moreira (2016), a formação espacial da moderna sociedade burguesa se edifica segundo três períodos: o momento da acumulação primitiva como transição ao capitalismo concorrencial (do séc. XVI ao XIX), o período do desenvolvimento do capitalismo monopolista-financeiro avançado do imperialismo (do séc. XIX ao XX) e o momento do imperialismo por espoliação (do séc. XX ao XXI). No período histórico inicial do desenvolvimento do capitalismo, da subsunção formal, o desenho da espacialidade se realiza segundo a hegemonia da circulação sobre a produção. No capitalismo avançado, da subsunção real, o desenho do arranjo espacial se realiza pela hegemonia da produção sobre a circulação. E, no atual período do modo de produção capitalista planetarizado de acumulação financeiro-rentista, a retomada da hegemonia da circulação sobre a produção conduz a configuração geográfico-espacial da sociedade burguesa. É a época atual, de desterritorialização e dissolução do poder espacial da indústria, da polaridade do serviço e da finança rentista, da informação

como matéria-prima e da sociedade em rede, ou seja, no contexto dos grandes empórios urbanos de consumo de massa.

Moreira (2017) sintetiza a categoria-chave do arranjo espacial de cada um desses três períodos:

> A primeira é a época do espaço estruturado na centralidade da fábrica. É o período seletivo-redistributivo das plantas e animais que as grandes navegações intercambiam pelos continentes. Período do arranjo da sociedade em regiões homogêneas e relação internacional centralizada nas grandes praças de mercado da Europa, o grande espelho dos espaços coloniais arrumados em sua identidade e proveito. A segunda é a época da centralidade fabril mundial. Período da mobilidade técnica da ferrovia, depois rodovia e navegação aérea, no campo dos transportes, do telégrafo, depois telefonia, nas comunicações. E da hierarquia das regiões polarizadas centra nas redes de comando das cidades industriais. E a terceira é a época atual, de desterritorialização e dissolução do poder espacial da indústria, da polaridade do serviço e da finança rentista, da informação como matéria-prima e da sociedade em rede. Dos grandes empórios urbanos de consumo de massa. (Moreira, 2017, p. 39)

Regiões e redes estão presentes desde o primeiro momento, mas é uma determinada forma geográfica, que expressa a dinâmica fundamental do conteúdo daquele período histórico (de uma determinada produção), que estabelece a posição e a influência sobre as demais. As regionalizações não devem ser desconsideradas, apenas compreendidas sob o domínio da sociedade em rede.

Na transição do paradigma do espaço do taylorismo-fordista para o espaço toyotista, Moreira (2016) aprofunda a caracterização atual da formação espacial da sociedade burguesa. Da tecnologia com maquinismo de alta escala de concentração técnica, baseada na metalurgia, eletromecânica e petroquímica e na energia elétrica e do petróleo (civilização do aço, eletricidade e petróleo); passa-se para o período da biorrevolução, na qual a base técnica é a microeletrônica desdobrada na informática, na robótica e na biotecnologia da engenharia genética. A estrutura da bioindústria resulta em fusão da indústria, serviço e agricultura (complexo agro-industrial). Isto também significa a mudança da relação sociedade-natureza baseada, anteriormente, na apropriação da natureza inorgânica (minerais, água), para a percepção e transformação da natureza como algo vivo. Nova relação cidade-campo se estabelece, com a cidade urbanizando o campo pela industrialização do mundo rural e o campo ruralizando a cidade pelo consumo de biocombustíveis, alimentos processados ou semiprocessados da agroindústria.

A partir do computador como máquina flexível e autoprogramável, pela combinação hard/software-chip, a produção pode ser reorientada de acordo com a necessidade do mercado de consumo. Esta flexibilização da produção exige a flexibilização do trabalho, expressa pela regulação toyotista como polivalência pelo rodízio de atividades, com mecanismos de controle de qualidade (avaliação), mas também na transformação do sistema fixo de trabalho em sistemas de terceirização e subcontratação (precarização). Enquanto no período anterior a cidade assimilava o arranjo interno da fábrica (da produção), organizando a relação sociedade-espaço, esta, agora, é comandada pela esfera do consumo de massa (que comanda a produção) financiado pelo capital rentista, onde os serviços se agigantam e a vida urbana se torna o padrão do capitalismo do século XXI.

Os conteúdos centrais do ensino de Geografia

Essas tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa orientam a organização curricular da Geografia na educação básica. A partir delas, é possível propor diretrizes para a definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia e, desta forma, colaborar com a resposta da pergunta central deste texto: o que é necessário ensinar hoje para que estudantes entendam e se posicionem na sociedade burguesa em que vivem, a partir da compreensão de seus arranjos espaciais?

Até aqui, como já foi justificado, o foco foi nas características do arranjo espacial e das contradições ecológico-territoriais da sociedade capitalista. Contudo, para oferecer uma resposta para debate com docentes e pesquisadores, é necessário incluir a proposta de conteúdos centrais do ensino na definição mais ampla do que é o currículo. Ou seja, responder não apenas ao que é necessário ensinar e aprender, mas também por quê, a favor e contra quem e como ensinar. Para as proposições curriculares, esta articulação conteúdo-método-objetivos gerais do ensino cabe tanto para as tarefas da Geografia e do seu ensino, quanto para a função social da escola nas contradições da sociedade capitalista. Que função social cabe à Geografia e qual é o objetivo geral da Geografia na escola? Qual é a finalidade da escola no contexto das lutas de classes? Quais conteúdos e métodos são coerentes com tais objetivos? E como atingi-los no processo de ensino-aprendizagem?

Tais perguntas constituem o sentido de totalidade das específicas tarefas de docentes da Geografia, no contexto da relação entre a Geografia, a escola e a sociedade burguesa. Esta problematização do currículo, a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, vem sendo desenvolvida pela pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2005) e por autores da pesquisa em ensino de Geografia que trabalham nesta perspectiva (Bispo dos Santos e Campos Couto, 2024; Couto, 2023; Couto, 2023b).

Considerando o foco nos conteúdos do ensino, aqui não se trata da metodologia do ensino no sentido do "como ensinar". O que segue, então, são proposições para as finalidades gerais da escola e do ensino de Geografia, os conteúdos centrais do ensino e as categorias básicas da Geografia.

Como para Dermeval Saviani (2005), a seleção dos conteúdos escolares exige a identificação "das formas mais desenvolvidas do saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção, suas principais manifestações e tendências atuais de transformação" (Saviani, 2005, p. 9), buscamos contribuir para a identificação das formas mais desenvolvidas do saber geográfico sobre os atuais arranjos espaciais da sociedade burguesa. Para este autor (Saviani, 2005), o papel da escola é a socialização do conhecimento sistematizado e disponível, em suas expressões na filosofia, na ciência e na arte, visando tornar os estudantes contemporâneos do seu tempo, compreendendo a sua posição social, de gênero e étnico-racial no conjunto das relações de classe da sociedade capitalista.

Coerente com tal perspectiva, a finalidade geral da Geografia na escola é a de colaborar para que estudantes, a partir da sua condição, compreendam as determinações de classe-raça-gênero dos arranjos espaciais da sociedade burguesa e da formação espacial brasileira.

As características do arranjo espacial da sociedade capitalista, articulada à função social da escola e do ensino de Geografia, orientam a organização curricular da Geografia na educação básica. Observe nos quadros 1, 2 e 3 a proposta de objetivos e conteúdos essenciais do ensino fundamental e médio.

Quadro 01: Diretrizes para o currículo de Geografia do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Objetivos: **Colaborar para que estudantes:**	**Conteúdos centrais**
Façam descrições do mundo e demonstrem que diferentes sociedades (modos de produção) produzem distintas geografias, e conheçam a constituição geográfica do mundo moderno com foco nas escalas local, regional e nacional (do Brasil).	As características gerais dos arranjos espaciais considerando a dinâmica da natureza, o processo de formação espacial nos diferentes modos de produção (do passado e do presente) e o caráter de classe do modo de produção capitalista. A divisão territorial do trabalho e a estrutura espacial da sociedade de classes capitalista, baseada no antagonismo cidade-campo. O despovoamento do campo e a concentração urbana da humanidade: os problemas ecológicos-territoriais da cidade e do campo. As características singulares da formação e do arranjo espacial da sociedade brasileira de capitalismo dependente.

Fonte: o autor.

Quadro 02: Diretrizes para o currículo de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais

Objetivos: **Colaborar para que estudantes:**	**Conteúdos centrais**
Façam descrições do mundo para entender que os diferentes modos de produção produzem distintas geografias; conheçam a constituição geográfica do mundo moderno – e do Brasil – como resultado da expansão da cultura ocidental pelos continentes com impactos sobre as sociedades indígenas originárias; se apropriem do conhecimento da dinâmica ambiental do planeta e o processo consolidação do capitalismo em escala mundial.	As características gerais dos arranjos espaciais considerando a dinâmica da natureza, o processo de formação espacial nos diferentes modos de produção (do passado e do presente) e o caráter de classe do modo de produção capitalista. A divisão territorial do trabalho e a estrutura espacial da sociedade de classes capitalista, baseada no antagonismo cidade-campo. O despovoamento do campo e a concentração urbana da humanidade: os problemas ecológicos-territoriais da cidade e do campo. A formação do espaço mundial e a mundialização da sociedade burguesa, do domínio da natureza, das lutas de classes e das questões ambientais. As características singulares da formação e do arranjo espacial da sociedade brasileira de capitalismo dependente.

Fonte: o autor.

Quadro 03: Diretrizes para o currículo de Geografia do Ensino Médio

Objetivos: **Colaborar para que estudantes:**	**Conteúdos centrais**
Compreendam os arranjos espaciais das várias fases da sociedade burguesa planetarizada fabril, industrial, financeiro-rentista e urbana, e suas manifestações no Brasil.	Os arranjos espaciais da sociedade burguesa considerando a dinâmica da natureza, o processo de formação espacial e suas fases de organização em regiões homogêneas (1ª RI), polarizadas (2ª RI) e em rede (3ª RI) (Moreira, 2016). Os processos da acumulação primitiva presentes na geografia histórica do capitalismo e os mecanismos novos de acumulação por espoliação (Harvey, 2005). As contradições ecológico-territoriais. As características singulares da formação e do arranjo espacial da sociedade brasileira de capitalismo dependente.

Fonte: o autor.

Estes objetivos-conteúdos centrais dos níveis de ensino (fundamental 1 e 2, e ensino médio) devem ser desdobrados em cada série ou ano escolar, procedimento através do qual são recuperados e/ou mantidos os conteúdos clássicos da geografia humana, da geografia física, da cartografia, etc., mas orientados e reorganizados pela concepção política e teórico-metodológica aqui desenvolvida. Da mesma forma, neste desdobramento, também devem ser incorporados os traços centrais dos arranjos espaciais resultantes das atuais características do processo geral da acumulação financeiro-rentista do capital e suas singularidades na formação espacial brasileira.

Por fim, no processo de ensino-aprendizagem, os conteúdos do ensino e o ensino dos conteúdos se desenvolvem por intermédio do que se entende por Geografia e como ela movimenta suas categorias básicas de análise da realidade.

O que une os três geógrafos[3] aqui utilizados é o movimento da Geografia ao marxismo ou do marxismo à Geografia, cada qual com suas experiências políticas e profissionais e com tradições marxistas diversas. Por exemplo, apesar de utilizarem os conceitos de produção do espaço, território, paisagem, região, rede, lugar, etc, eles entendem a Geografia de forma diversa, o que significa, em termos de teoria e método, diferentes articulações destas categorias da Geografia.

Para Quaini (1979), a Geografia é uma ciência do território. Para ele, quando Marx trata da formação econômico-social, modo de produção ou de capital, se refere à sociedade e ao território. Para Harvey (2001):

> O conhecimento geográfico trata da descrição e análise da distribuição espacial das condições (criadas pelo homem ou existentes na natureza) que formam a base material para a reprodução da vida social... sob um determinado modo de produção. (Harvey, 2001, p. 162)

A partir do conceito de produção do espaço de Henri Lefebvre (2008), Harvey utiliza as noções de configuração espacial, dimensão espacial, estrutura espacial, relações espaciais, dinâmica espacial, ordenação espaço-temporal etc.

[3] Os três são contemporâneos. David Harvey, inglês, integrante da geografia radical dos EUA, nasceu em 1935. Ruy Moreira, brasileiro, nasceu em 1941 e se tornou marxista antes de entrar na universidade. E o italiano Massimo Quaini nasceu em 1941 e faleceu em 2017.

Para Moreira (2017), a Geografia é uma ciência das práticas e saberes espaciais, responsáveis pela construção geográfica das sociedades. Ciência da práxis, a práxis espacial e o espaço produzido incluem a objetividade do real concreto-vivido e a subjetividade do vivido como concreto-pensado, imanentes à troca metabólica entre a sociedade e a natureza no processo de trabalho, constituindo o fundamento ontológico do ser-no-mundo como ser-estar espacial do homem.

A finalidade da análise das práticas-saberes-arranjos espaciais, como afirma Moreira (1982, p. 2), é a "maior compreensão dos processos gerais das formações econômico-sociais contemporâneas", no âmbito da teoria do espaço enquanto teoria da transformação social. Por isso, e baseado em Milton Santos (2004, 2005), Moreira (1982) considera a formação e o arranjo espacial as verdadeiras sínteses da Geografia, na medida em que reproduzem a própria lógica do modo de produção a que pertencem, através de elementos do arranjo espacial (objetos espaciais) e da fusão do espaço com as relações que compõem a estrutura da formação econômico-social, como a fábrica (relação econômica), o tribunal (relação jurídico-política) e a Igreja (relação ideológica). Enquanto a formação-arranjo espacial é categoria da totalidade estrutural, a categoria do território (ou da territorialidade), enquanto um recorte de domínio do espaço, é mais própria da conjuntura. O espaço, reafirma o Moreira (2016, p. 219), é "a estrutura de conteúdo real, pois, que a sociedade necessita para materializar-se", enquanto o "território [é] seu viés conjuntural de ordenação". No entanto, a paisagem é a categoria das categorias espaço e território. Sem que isole o território na geografia política, o espaço na geografia humana e a paisagem na geografia física, Moreira (2016) propõe certo esquema de entendimento desta triangulação categorial: em um sentido, o arranjo da paisagem leva ao espaço, em outro, leva ao território.

Desta forma, a articulação entre categorias e conteúdos, métodos e objetivos gerais da Geografia na escola conduzem o desenvolvimento dos conteúdos do ensino de maneira a conformar nos alunos o raciocínio geográfico-escalar a cerca da sua realidade e do conjunto da formação espacial capitalista.

Conclusão

A expropriação é o processo básico da constituição geográfica do capitalismo. A dissolução da relação terra-território como pertencentes ao trabalhador significa a emergência da propriedade privada do dinheiro, da terra, dos meios de produção e instrumentos de trabalho, das condições de subsistência, mas também da objetivação universal do estranhamento, isto é, da alienação humana. A expropriação violenta do povo do campo de sua base fundiária, a legislação sanguinária contra os expropriados, a gênese dos arrendatários capitalistas, a criação do mercado interno do capital industrial como resultado da repercussão da revolução agrícola sobre a indústria e a gênese do capitalista industrial, constituem o seu processo e o seu produto.

Buscou-se demonstrar que eles foram e são responsáveis por tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa, da acumulação via espoliação do imperialismo financeiro-rentista, e das regiões homogêneas, polarizadas e em redes do arranjo espacial da sociedade capitalista contemporânea.

Quanto aos conteúdos centrais, sem perder de vista as características contemporâneas, o foco na acumulação primitiva conduziu à gênese e à base da produção do espaço capitalista, cujos traços essenciais orientam a definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia. Estes conteúdos podem ser sintetizados como sendo: a transição das "sociedades naturais" à "sociedade histórica" e da ruralização das cidades da Antiguidade à urbanização do campo e da sociedade da Modernidade, a mundialização do capital e do espaço, o uso intensivo e diversificado da diversidade natural do planeta, a perturbação da troca orgânica entre homem e terra provocada pela revolução da indústria da cidade sobre o campo e os problemas ecológico-territoriais urbanos e rurais. Seu detalhamento permite delimitar objetivos e conteúdos essenciais por níveis de ensino e por séries.

Duas premissas de Marx devem balizar a finalidade política do trabalho docente: a unidade dos trabalhadores e a transformação do mundo, o que significa formar sujeitos revolucionários visando a superação da sociedade burguesa.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Janeide; COUTO, Marcos Antônio Campos. As implicações das teorias pedagógicas no trabalho docente de Geografia e seus desdobramentos na prática pedagógica e na luta política. **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 1, n. 60, p. 81–120, 2024. DOI: 10.62516/terra_livre.2023.3213. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3213. Acesso em: 09/12/2025.

COUTO, Marcos Antônio Campos. O ensino de Geografia na perspectiva histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-29, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8661936. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/866193. Acesso em: 09/12/2025.

COUTO, Marcos Antônio Campos. Princípios de organização curricular da Geografia no Ensino Fundamental 1. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v.19, n.2, p.285-298, 2023a. Disponível em: https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.77653. Acesso em: 09/12/2025.

HARVEY, David. Geografia. In BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, Ed. [verbete].

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. ISBN 0-19-926431-7

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. ISBN 85-7419-496-4.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985; Os economistas.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. ISBN 978-85-7559-325-7.

MOREIRA, Ruy.. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In MOREIRA, R. (Org). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora; 2016. ISBN 978-85-69437-16-1.

MOREIRA, Ruy. UMA CIÊNCIA DAS PRÁTICAS E SABERES ESPACIAIS. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 13, n. 2, 2017. DOI: 10.12957/tamoios.2017.30458. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/30458. Acesso em: 09/12/2025.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova** - Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 6ª ed.. ISBN 85-314-0715-X.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao luga**r. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. ISBN 85-314-882-2.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados; 9ª ed., 2005. ISBN 85-85701-09-9.

Como citar este artigo:

COUTO, Marcos Antônio Campos. A acumulação primitiva do capital e os conteúdos centrais do ensino de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 402–429, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/75532m67

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 20 de setembro de 2026

Sobre o autor: Graduação em Geografia (1988) e mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1994), doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (2005). Professor Titular aposentado do Departamento de Geografia da FFP-UERJ. Compõe o Colegiado do Programa de Pós Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado Acadêmico) da UERJ-FFP, dedicando-se a Linha de Pesquisa "Ensino de Geografia e Produção Social do Espaço". Diretor da AGB - seção Niterói (2023-2026) e membro da Comissão de Secretaria da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN-AGB), gestão 2024-2026. Estágio de Pós Doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de desenvolver o ensino de Geografia na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues